
Mulheres na resistência: o protagonismo feminino nos movimentos sociais por Direito à cidade e moradia em Salvador-Ba

Mujeres en resistencia: el papel femenino en los movimientos sociales por el Derecho a la Ciudad y a la Vivienda en Salvador-Ba

Sessão Temática: ST05. Lutas urbanas e práticas insurgentes

DAMASCENO, Milena; Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Território, Ambiente e Sociedade; Universidade Católica do Salvador (UCSAL)

milenadamasceno.nascimento@ucsal.edu.br

VASCONCELOS, Liliane; Doutora em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Católica do Salvador (UCSAL)

liliane.vasconcelos@pro.ucsal.br

VIVEIROS, Liana; Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Católica do Salvador (UCSAL)

liana.oliveira@pro.ucsal.br

Resumo

O presente artigo busca fazer uma aproximação entre a produção capitalista do espaço urbano e o protagonismo de mulheres nos movimentos sociais por direito à cidade e moradia na cidade de Salvador. Por meio de uma revisão bibliográfica e a partir da perspectiva de um referencial teórico multidisciplinar nos estudos de gênero, planejamento urbano e dinâmica imobiliária, o texto tem como objetivo principal entender os impactos do mercado imobiliário na produção das desigualdades e vulnerabilidades que assolam as vivências das mulheres na cidade. Além disso, o texto busca expor como as mulheres seguem cada vez mais presentes dentro das comunidades que resistem e lutam para exercer o seu direito à moradia no centro da cidade de Salvador. O protagonismo dessas mulheres dentro dos movimentos, seja como liderança seja em número de participantes, é fundamental no caminho para cidades menos opressoras e desiguais que promovam o acesso à moradia digna e o direito à cidade.

Palavras-chave: Direito à moradia; Direito à cidade; Feminismo.

Abstract

This article seeks to bring together the capitalist production of urban space and the role of women in social movements for the right to the city and housing in the city of Salvador. Through a bibliographic review and from the perspective of a multidisciplinary theoretical framework in the studies of gender, urban planning and real estate dynamics, the main objective of the text is to understand the impacts of the real estate market on the production of inequalities and vulnerabilities that plague the experiences of women in the city. In addition, the text seeks to expose how women are increasingly present within communities that resist and struggle to exercise their right to housing in downtown Salvador. The protagonism of these women within the movements, whether as a leader or in the number of participants, is fundamental on the path to less oppressive and unequal cities that promote access to decent housing and the right to the city.

Keywords: Right to housing; Right to the city; Feminism.

Introdução

A formação do espaço urbano se dá pela interferência de diversos agentes sociais, o que frequentemente resulta em conflitos de interesse entre o capital imobiliário e a população no território. Enquanto a população de baixa renda resiste e luta por seus direitos à cidade e à moradia de qualidade, o capital imobiliário se utiliza de diversas formas de interferência nas instâncias de poder do Estado, para promover a especulação imobiliária, mecanismos de despossessão e atrair a parte mais rica da população, visando aos seus interesses.

Esses conflitos interferem fortemente na configuração espacial da cidade, uma vez que as áreas onde o capital atua se tornam segregadoras da população que não pode arcar com os custos daquele local e então são expulsas para as áreas periféricas da cidade, sujeitas à violência, e a uma baixa qualidade sanitária e de vida em geral. Na cidade de Salvador, na Bahia, não é diferente, o espaço urbano sofre altas investidas do capital que visa a atratividade turística e imobiliária. No período de 2003 a 2013 Salvador acompanhou o boom nacional do mercado imobiliário e a maior parte dos lançamentos imobiliários se concentraram nas áreas próximas ao centro e na Orla Marítima¹, enquanto as áreas que não possuem esse potencial atrativo para o mercado foram e ainda são, renegadas pelo governo e sofrem com a desigualdade social.

A parte da população que não se encaixa nos padrões que o capital deseja atingir, em sua maioria mulheres, negras e pobres, sofrem com um meio urbano que as invisibiliza e não atende às suas necessidades. Essa produção hegemônica do espaço torna a cidade

¹Com a decadência do Centro Antigo, área anteriormente valorizada na cidade e onde residem as lideranças relatadas neste artigo, foi projetado o 'Novo centro' na região do Iguatemi, que recebeu altos investimentos do mercado imobiliário e investimentos públicos em infraestrutura para a sua consolidação, que também provocou o esvaziamento do Centro Antigo. Mais informações disponíveis em:

<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/17383/1/Monografia%20-%20Yuri%20Paiva%20Vila%20Nova%20-%20PDF.pdf>

perigosa para as mulheres, além de propiciar um ambiente que impõe inúmeros obstáculos à sua rotina, que envolve uma dupla jornada de trabalho, lida com a violência cotidiana, a responsabilidade e o cuidado com a sua própria vida e também de terceiros. Entretanto, por serem a maior parcela da população afetada pela dinâmica imobiliária, as mulheres frequentemente se encontram à frente de movimentos sociais que lutam e resistem por seu direito à cidade e à moradia, enfrentando o capital imobiliário e defendendo a sua permanência e visibilidade na cidade.

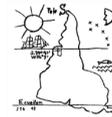
Este estudo visa expor como a interferência do capital imobiliário, aliado ao planejamento urbano, produz um meio urbano que segrega e oprime, especialmente, as mulheres e como isso as tornam protagonistas nos movimentos de resistência. A partir de um referencial teórico multidisciplinar apoiado nos estudos de gênero, planejamento urbano e dinâmica imobiliária, o texto utiliza de reflexões de autoras como Leslie Kern(2021), Ermínia Maricato(1999) e Inaiá Carvalho(2013), para destrinchar as relações existentes entre a produção do espaço e o protagonismo de mulheres em movimentos por moradia e direito à cidade. Além disso, também foi realizada uma análise das falas de 3 lideranças de movimentos sociais em Salvador durante o Seminário Moradia Popular e Políticas Públicas no Centro², com o objetivo de exemplificar o protagonismo feminino e entender as suas participações e como elas se articulam para impulsionar estes movimentos e manter seus territórios.

O artigo se encontra dividido em duas sessões, precedidas por esta introdução e seguidas de uma breve conclusão. Na primeira sessão, será exposto como a interferência do capital imobiliário na produção do espaço urbano, com ênfase na cidade de Salvador, faz com que seu planejamento siga a lógica do mercado, deixando em segundo plano as necessidades reais de quem mora e usa a cidade, resultando num meio urbano que segrega, oprime e vulnerabiliza a população de baixa renda, em especial as mulheres negras. Na segunda sessão, será tratado como as mulheres soteropolitanas resistem ao processo de urbanização opressivo na cidade e se tornam lideranças ativistas e protagonistas dos movimentos sociais por moradia.

A produção do espaço urbano e o Direito à cidade da mulher

Desde a formação das primeiras cidades, como Grécia e Roma, as mulheres, assim como os escravos, não tinham direito à vida pública e eram relegadas somente aos espaços privados. Com isso, as cidades começam a ser planejadas de acordo às vontades e necessidades dos homens que detém o poder. Portanto, a formação do espaço urbano se

² Seminário realizado em maio de 2022, de forma online, transmitido pelo Youtube, organizado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) que expôs a visão de vários colaboradores sobre as implicações relacionadas aos centros urbanos das cidades de Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3FEOYLY0rMM&ab_channel=FAUUSP.



dá de forma exclusiva, construída em cima de valores patriarcais e capitalistas, atuando como um mantenedor das desigualdades sociais, sobretudo as de gênero.

As cidades cresceram e com elas a sua necessidade de planejamento. O desenho urbano favoreceu o machismo, uma vez que foi em regra pensado e conduzido por homens nas esferas de poder para atender às suas necessidades e as do mercado. As rodovias ganharam espaço para atender à demanda do sistema capitalista e “o referencial técnico de transportes e mobilidade é centrado na velocidade”(OLIVEIRA, 2018, p. 125) que constituíram valores e sentidos que descolam os grandes fluxos, de pessoas e mercadorias, do cotidiano da vida, da subsistência, da proximidade e desenham uma divisão de trabalho e de papéis.

Esse modelo de urbanização foi seguido em diversas cidades do mundo, incluindo as metrópoles brasileiras. A problemática disso é que o objetivo não era proporcionar uma vida urbana digna para toda a população, mas sim para uma pequena parte seleta dela, que possui maior renda. Além disso, esses planos urbanos generalistas não consideram a cidade existente, apenas replicam modelos de grandes centros difundidos como a representação do progresso “multiplicando os ‘não lugares’, mercantilizando e espetacularizando a cidade, transformando seus moradores em meros figurantes e entregando seu destino ao capital, sem levar em conta a preservação da sua qualidade de vida, coesão social e sustentabilidade ambiental.” (CARVALHO, PEREIRA, 2013, p. 22)

O resultado não poderia ser outro senão uma cidade socialmente desigual e segregada, para onde os governos direcionam seus investimentos não com base no caráter público ou social da política pública ou ação dela decorrente, e sim de maneira a impulsionar a valorização imobiliária da área e atrair a população mais rica, visando a interesses privados de empreiteiras e empresas. (MARICATO, 1999, p. 12) Em Salvador não foi diferente:

A urbanização das metrópoles brasileiras com a chegada do século XXI foi uma realidade que também contemplou a cidade de Salvador, onde o crescimento urbano acelerado se configurou de forma desigual para grande parte da população soteropolitana, que não tinham condições de acompanhar essas mudanças, seja por questões econômicas, políticas e/ou sociais. (MACEDO FILHO, 2010, p.67)

O planejamento urbano em Salvador tem se respaldado na ideia de empreendedorismo urbano, que orienta e estrutura a cidade segundo o interesse de atrair grandes potências empresariais para que elas instalem seu empreendimento na cidade, deixando à mercê do mercado imobiliário e dos seus interesses as decisões sobre o uso e ocupação do espaço da cidade.. A lógica do planejamento estratégico de cidades, já tão amplamente criticada, permanece viva e assume outros desenhos nas parcerias público-privada contemporâneas. O poder público segue se valendo do marketing para vender a imagem da cidade conforme demandas do mercado, da flexibilização de normas e leis urbanísticas para conforme interesses privados. Logo, as políticas públicas e ações na cidade visando, por exemplo, melhorias nos sistemas de segurança, tráfego, habitação e lazer são seletivas e, “como

seria de esperar, a localização destas intervenções ignoram as áreas socialmente carentes da cidade, concentrando-se naquelas onde a especulação imobiliária pode ampliar seus ganhos.” (CARVALHO, PEREIRA, 2013, p. 18)

Tratar a cidade como negócio tem consequências devastadoras, entre elas podemos citar a gentrificação das áreas centrais³, as remoções de populações carentes e o crescimento das desigualdades sociais e urbanas, uma vez que a população que não consegue arcar com os custos de vida gerados pela interferência do capital no meio urbano é empurrada para as áreas periféricas da cidade de Salvador, resultando na produção “informal” da cidade, que é carente de infraestrutura, habitação adequada, transporte, mobilidade e outros serviços considerados básicos. Essa política converteu-se no tempo em uma engrenagem de produção e aprofundamento de desigualdades e opressões que não se coloca somente no âmbito da organização espacial, mas adentra fortemente esferas de produção de valores, sentidos e ideologias.

A gestão urbana e os investimentos públicos aprofundam a concentração de renda e a desigualdade. Mas a representação da cidade é uma ardilosa construção ideológica que torna a condição de cidadania um privilégio e não um direito universal: parte da cidade toma o lugar do todo. A cidade da elite representa e encobre, a cidade real (MARICATO, 1999, p.18)

Lefebvre (2016) entende o Direito à cidade como o direito de se apropriar e usufruir da cidade de maneira plena, além do direito à participação na produção do espaço urbano. A partir disso, é possível inferir que essa disparidade urbana afeta especialmente o exercício do direito à cidade das mulheres, principalmente as negras e pobres que compõem a maior parcela de residentes das periferias de Salvador. São elas que sofrem diariamente os impactos de uma cidade excludente e patriarcal, desenhada em torno de grandes avenidas que privilegiam os automóveis deixando-as à mercê de um transporte público caro e precário⁴ para cumprirem com suas atividades diárias, como passar no mercado, buscar o filho na creche, entre outras tarefas de cuidado que compõem suas múltiplas jornadas de trabalho. Além disso as constantes violências de gênero que sofrem no caminho são impulsionadas por uma arquitetura hegemônica frequentemente encontrada nos centros urbanos, com edificações com muros altos e fachadas cegas, ou condomínios fechados no

³Um exemplo desse modelo de urbanização é o projeto de revitalização do Pelourinho em 1991 chamado “Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador”, concebido em 7 etapas, focando o interesse deste espaço no potencial turístico e econômico. Como resultado se deu um processo de gentrificação que expulsou a grande maioria dos moradores de baixa renda e mudou a função dos imóveis voltando-os para o comércio e os serviços. Disponível em: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1592>.

⁴Pesquisa realizada na cidade de São Paulo mostra que as mulheres andam mais a pé e de transporte público do que os homens. Além disso, o trajeto delas é maior do que o masculino, apesar de terem como prioridade os destinos de trabalho e estudo, elas possuem mais paradas no caminho como mercados, creches, escolas, entre outros equipamentos, para cumprirem tarefas de cuidado. Pesquisa disponível no link: <https://www.mobilize.org.br/noticias/10157/mulheres-andam-mais-a-pe-e-de-transporte-publico-que-os-homens.html>.

centro da cidade, que escancaram a “dissintonia entre o corpo e a materialidade urbana” (OLIVEIRA, 2018, p. 125-134, grifo nosso).

A relação das mulheres com a cidade é muito mais intrínseca quando comparada à dos homens, pois são elas que se relacionam cotidianamente com os serviços oferecidos pelo meio urbano, como creches, mercados, hospitais e com a sua ausência ou precariedade. Elas buscam a infraestrutura e os serviços urbanos não somente para atender às suas necessidades particulares, mas para levar seus filhos, parentes e vizinhos. Por isso, morar em áreas que não contam com a oferta de equipamentos e serviços públicos torna a rotina da mulher muito mais difícil.

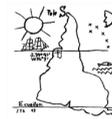
A crise habitacional que se vive em Salvador hoje está altamente atrelada a esse modelo de urbanização da cidade, que permite a apenas uma reduzida parcela da população arcar com os altos custos de morar com dignidade. Precisa, portanto, ser entendida como própria da lógica capitalista de produção do espaço e também sujeita às suas crises econômicas e políticas, agravadas ou aplacadas conforme conjunturas e mecanismos acionados de contenção.

A questão da falta da moradia, principalmente nas áreas urbanas, como Salvador, não pode e não deve ser entendida como um fenômeno isolado, pois ela faz parte da situação crítica das cidades, que vivem problemas como desemprego, degradação ambiental, desintegração social, imigrações e violências, e que não podem ser desconectados da situação social, econômica e política do país. (MACEDO FILHO, 2010, p.68)

Como já dito anteriormente, essa falta de moradia no centro e em áreas valorizadas da cidade, obrigam a população de baixa renda a se dirigir às periferias da cidade ou a ocupar edifícios abandonados no centro. Convive com as precariedades e as vulnerabilidades inclusive da insegurança da posse, pois muitas vezes a irregularidade é colocada como justificativa para legitimar remoções forçadas em “projetos de urbanização que pretensamente refletem a modernização e o desenvolvimento da cidade.” (PAULISTA, 2013, p. 7)

A questão da moradia ganha outra dimensão quando aliada à questão de gênero, uma vez que a casa não tem caráter somente de abrigo para a mulher, mas também é a base da criação de seus filhos, do trabalho e sustento de suas famílias, além de, muitas vezes, a moradia significar a fuga da violência doméstica e a não dependência de um relacionamento abusivo. A localização e a qualidade dessa moradia também definem a energia despendida no seu cotidiano.

O nível de dificuldade e o número de horas para a realização do trabalho doméstico é influenciado fortemente por elementos como a qualidade da moradia, sua localização, a distância desta de facilidades como postos de saúde, escolas, creches, parques, a sua proximidade de transportes públicos, o nível de saneamento básico, água encanada e potável, entre outros (ALFONSIN, 2006). Neste sentido **as mulheres de baixa renda, moradoras das periferias das cidades brasileiras, sentem de maneira**



mais intensa a precariedade da infraestrutura urbana, conseqüentemente, são elas que mais têm suas vidas influenciadas pelas transformações desta. Isso significa que quando falamos aqui de moradia, nos reportamos a muito mais do que a estrutura física da casa: nos reportamos também a toda a rede de infraestrutura e de vizinhança ao redor dela. (PAULISTA, 2013, p. 4, grifo nosso)

Com isso, é possível entender como a dinâmica capitalista de produção das cidades interfere fortemente na vida das mulheres. Esse planejamento urbano exclusivo e opressor as coloca em uma posição de invisibilidade e vulnerabilidade, o que as leva a engajar e liderar movimentos de resistência em Salvador, como veremos mais a fundo na próxima sessão.

O protagonismo feminino nos movimentos sociais por direito à cidade e moradia em Salvador

Ao longo da história, as mulheres, principalmente as mulheres negras e pobres, sofreram diversas formas de opressão social que foram e ainda são concretizadas no espaço urbano. Para introduzir esta sessão, faz-se necessário o entendimento do conceito de 'matriarcado da miséria' exposto por Sueli Carneiro em seu livro Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil como:

expressão cunhada pelo poeta negro e nordestino Arnaldo Xavier, para mostrar como as mulheres negras brasileiras tiveram sua experiência histórica marcada pela exclusão, pela discriminação e pela rejeição social, e revelar, a despeito dessas condições, **o seu papel de resistência e liderança em suas comunidades miseráveis em todo o país** (CARNEIRO, 2011, grifo nosso)

Evidenciar o protagonismo feminino em movimentos sociais de resistência, passa pelo reconhecimento de que a assunção desse papel não é obra do acaso; é uma construção social relacionada ao racismo e machismo estruturais sofridos pelas mulheres negras. Essa resistência é, portanto, fruto de uma necessidade histórica de autodefesa e autoproteção que se revela no embate permanente com as forças opressoras e se manifesta também em estratégias de cuidado, entendido aqui para além das práticas de assistência na esfera privada, mas como ética, política e ação social coletiva em sentido amplo.

Como exposto na seção anterior, a cidade de Salvador mostra na estruturação e organização espacial a forte interferência do mercado, sendo o planejamento urbano um dos canais de manutenção e viabilização dessa condição hegemônica de orientação da dinâmica urbana por setores econômicos, inclusive, mas não apenas, pelo mercado imobiliário. Uma cidade assim, orientada pelas regras de mercado, expõe a sua face

excludente e opressora nas periferias e territórios populares, que por outro lado se afirmam como núcleos de resistência e potência de vida. Em meio a essas condições ocupam terras e prédios que não cumprem a sua função social, afirmam a sua existência e resistem. Grande parte dessas ocupações são lideradas por mulheres.

Em Salvador, muitas ocupações de terras e/ou prédios vazios, ocorreram mediante o panorama onde diversas pessoas, **principalmente mulheres e mães, que sofriam com a falta de emprego, moradia e motivadas pela necessidade de ter uma casa para suas famílias, encontram na organização coletiva e nas ocupações, uma forma de resolução desses problemas.**(MACEDO FILHO, 2010, p.68-69, grifo nosso)

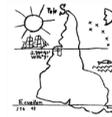
Portanto, a figura da mulher está atrelada ao surgimento de ocupações que resistem nas periferias e no centro da cidade. A ocupação Carlos Marighella⁵, localizada em uma área que hoje sofre alta especulação imobiliária no centro da cidade, é um exemplo disso, uma vez que é composta em sua maioria por mulheres mães que encontraram na ocupação uma alternativa de moradia para elas e seus filhos. Esse lugar de proteção e de cuidado conquistado é também um lugar de instabilidade e ameaça que recaem fortemente sobre a mulher pela responsabilidade de cuidado que lhe é socialmente imputada e delegada.

Neste sentido, quando a moradia passa a ser ameaçada – por conta de despejos forçados e ações de reintegração de posse, por exemplo – são elas que mais sofrem, já que perder o lar significa também perder o ambiente de criação dos filhos e seu ambiente de sobrevivência. (PAULISTA, 2013, p. 5)

Nestas ocupações as mulheres criam relações de comunidade com os demais habitantes, um fator relevante para a sua permanência ali, e se torna também um fator que influencia no seu engajamento pela defesa da moradia. Elas não estão defendendo um teto somente para si, mas para suas crianças e sua comunidade. A maior parte das famílias chefiadas por mulheres dependem de uma ampla rede de serviços que só se encontram disponíveis na área central da cidade, por isso a resistência dessas mulheres no centro de Salvador é intrínseca à sua sobrevivência. (KERN, 2021, p.31)

Diante de desafios críticos como pobreza, falta de emprego seguro, saneamento precário e poucos serviços de saúde sexual e reprodutiva, as

⁵Localizada na Av. Sete de Setembro em Salvador, a ocupação nasceu no dia 6 de junho de 2021, quando cerca de 200 famílias, organizadas pelo Movimento de Luta nos Bairros, vilas e favelas (MLB), ocuparam o prédio do Antigo Centro Educacional Magalhães Neto, atualmente pertencente à Embasa e abandonado há mais de 6 anos sem cumprir a função social. Disponível em: <https://www.anf.org.br/nasce-a-ocupacao-carlos-marighella-em-salvador/>



mulheres costumam se unir para formar coletivos que as ajudem a melhorar as oportunidades econômicas e defendem a segurança da moradia e do emprego. (KERN, 2021, p. 39)

O exemplo da comunidade da Gamboa de Baixo, bairro popular situado no Centro de Salvador às margens da Baía de Todos os Santos, ao lado do Museu de Arte Moderna (MAM) e abaixo da Av. Lafaiete Coutinho, ilustra bem essa afirmação. “A história do desenvolvimento político da Gamboa de Baixo é essencialmente uma história de protagonismo de mulheres negras” (PERRY, CAMINHA, 2008, p. 131) A liderança Ana Cristina da Silva Caminha, em sua fala para o *Seminário Moradia Popular e Políticas Públicas no centro*, conta um pouco da história de resistência da comunidade frente às investidas do governo e do capital para expulsá-los de seu território. Ela conta que a construção da avenida Lafayete Coutinho (Av. Contorno), com a proposta de ligar a cidade alta a cidade baixa e melhorar a circulação de veículos, impediu a comunidade de acessar a cidade, uma vez que a avenida passa por cima da comunidade e o governo não forneceu nenhum tipo de acesso aos moradores da Gamboa de Baixo à parte de cima. Com isso, as mulheres da comunidade protagonizaram um mutirão para a construção de uma escadaria que permitiria o acesso da comunidade ao meio urbano. A partir dessa ação surge a Associação de Mulheres, que posteriormente, após um surto de cólera na cidade, onde mais uma vez as mulheres se reuniram para cobrar do governo do Estado a construção de uma fonte na comunidade, é formalizada a Associação Amigos de Gegê dos Moradores da Gamboa de Baixo⁶, que perdura até hoje com o protagonismo feminino, resistindo pelo seu direito ao território no centro da cidade de Salvador.

É nesse contexto de confronto entre as comunidades populares, o poder instituído e a elite soteropolitana que vemos emergir um quadro de lideranças negras femininas, com forte engajamento político em prol da melhoria de suas comunidades, tendo como suporte as alianças construídas com organizações negras que identificaram nas reivindicações dessas comunidades uma conexão com a estrutura de segregação racial notadamente presente na cidade, no estado e no Brasil em geral (PERRY, CAMINHA, 2008, p. 130)

Ocupar esses espaços de fala e liderança que normalmente são considerados territórios masculinos, também configura como um ato de resistência ao machismo e ao patriarcado

⁶A fonte foi construída em 1992 após 3 mulheres, lideradas por Valquíria Boa Morte, ex-líder comunitária, irem à rádio local denunciar o descaso com a comunidade da Gamboa de Baixo durante um período de vulnerabilidade sanitária. O surto de cólera levou à morte alguns membros da comunidade, incluindo o senhor Geraldo, o Gegê, que inspirou o nome da associação fundada no mesmo ano. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30956/18045>.

estruturais em nossa sociedade. Apesar de não adotar o viés feminista explicitamente, essas articulações de mulheres negras cumprem um importante papel na luta antipatriarcal.

Para as mulheres negras moradoras de bairros populares que lutam para permanecer no centro de Salvador, levar as demandas da comunidade para o embate ideológico e político contra o Estado racista, sexista e classista, tem significado uma forma de tripla militância – uma luta antirracista, antissexista e anticlassista. (PERRY, CAMINHA, 2008, p. 149)

Outra liderança que atua e possui papel fundamental nos movimentos por direito à cidade e moradia em Salvador é a Maura Cristina, coordenadora do Movimento dos Sem Teto da Bahia, fundadora da Articulação dos Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador e integrante da campanha Despejo Zero⁷.

Em sua fala para o mesmo Seminário já citado anteriormente, ela afirma que a maioria das ocupações de resistência do centro são formadas por mulheres negras e que elas mantêm os casarões de pé ao ocupá-los. Em seu discurso, Maura defende que é preciso unir forças para fazer frente aos projetos de revitalização do centro antigo propostos pelo governo do Estado e municipal, que visam somente a especulação imobiliária da área e não levam em consideração as famílias e comunidade que residem ali, além de afirmar que retirar as pessoas de suas comunidades pode acarretar em prejuízos para a saúde mental das mesmas. (MAURA CRISTINA, 2022). Nesse contexto de insurgências femininas na luta pelo direito à cidade é possível perceber que:

São as mulheres as primeiras a sentir o peso das oscilações econômicas e desajustes sociais, dentro do espaço doméstico, na sua relação familiar, desajustes que o Estado não consegue resolver. Na medida em que as funções assumidas pelas mulheres são construídas no interior de uma sociedade androcêntrica e patriarcal, na qual a atividade política esteve sempre distante das mesmas, a ruptura dessas amarras por elas para atuar no espaço público (movimentos, associações de bairro, organizações), se dá na maioria das vezes na busca de atender às necessidades básicas. **Necessidades relacionadas à melhoria das condições de vida, habitabilidade e sustento dos/as filhos/as, principalmente por sua condição de mãe, esposas e donas de casa, responsável por todos/as. Os laços primários de família, as experiências cotidianas de sociabilidade com a vizinhança, também representam um dos caminhos para quebrar a barreira do doméstico e atuar como**

⁷Lançada em junho de 2022, a campanha tem como objetivo auxiliar famílias e moradores de rua de todo o Brasil em estado de vulnerabilidade que sofriam ameaça de despejo durante a pandemia do COVID-19. Sua atuação se dá por meio de diversos núcleos espalhados por todo o país, inclusive a Bahia. Disponível em: <https://www.campanhadespejzero.org/despejzero>

protagonistas nas lutas sociais urbanas em prol da moradia (BRITO DA MOTTA, 1991 apud MACEDO FILHO, 2010, p.55-56, grifo nosso)

A última fala relatada neste artigo é da coordenadora do Centro Cultural que Ladeira é essa? Localizado na Ladeira da Preguiça, na região do Centro Antigo de Salvador, Eliane Silva. A comunidade da Ladeira da Preguiça é composta em sua maioria por mulheres (59%) e 41 unidades familiares, de 63, são chefiadas por mulheres⁸. Em seu discurso Eliane retrata como foi o seu processo de luta para impedir a desapropriação de casas na Ladeira da Preguiça por parte do poder público, que havia afirmado que as residências estavam em condições precárias e corriam o risco de desabamento após fortes chuvas na região. Eliane, junto à Universidade Federal da Bahia conseguiu um laudo técnico que afirmava que esta informação não era inteiramente correta, que algumas casas precisavam de reforços, mas que não corriam o risco de cair.

Após esse processo, ela descobre que os prédios, que estavam ocupados há mais de 20 anos por famílias, haviam sido comprados por agentes imobiliários e havia uma ordem de despejo para os moradores, mesmo eles possuindo os papéis de posse e usucapião. O processo ainda está em andamento, mas Eliane continua resistindo para manter a população em seu território. Ela alega que retirar essa comunidade da Ladeira da Preguiça não significa somente a perda de moradia, mas também retira a oportunidade dessas pessoas de trabalhar, uma vez que muitas delas tiram seu sustento do comércio de produtos e serviços realizados no centro da cidade e caso sejam removidos e segregados para as áreas periféricas e distantes do centro, não poderão arcar com os custos de transporte para manter a profissão. Assim como Maura, Eliane afirma que quando o Centro Histórico foi esvaziado e esquecido pelo capital, quem manteve os casarões de pé foi a população negra que ocupou essas residências. (ELIANE SILVA, 2022)

As lideranças das comunidades e movimentos de resistência em Salvador, são em sua maioria “mulheres negras de classe popular com pouca instrução que começaram a se organizar dentro da comunidade, sem muita estrutura formal, e que se viram obrigadas a enfrentar um projeto arbitrário que o governo trouxe para seu bairro” e em uma tentativa de resistência e defesa pelo seu direito à permanência e de suas famílias, conseguiram unir

⁸ Informação disponível na cartilha do censo desenvolvida em 2019 pela própria comunidade em conjunto com a Universidade Federal da Bahia.

forças e transformar o modo como os projetos de urbanização são implementados em suas comunidades (PERRY, CAMINHA, 2008, p. 149)

A participação dessas mulheres dentro das comunidades e liderando esses movimentos por direito à cidade e à moradia é de extrema importância na busca pela reparação histórica com a população negra, além de ser fundamental na formação de um espaço urbano menos opressor e menos desigual.

Considerações finais

É possível perceber como o capital imobiliário teve e ainda tem forte influência na produção do espaço urbano da cidade de Salvador e como essa interferência proporciona uma urbe que segrega, vulnerabiliza e oprime a presença das mulheres soteropolitanas, principalmente as negras e pobres.

A partir do conceito de matriarcado da miséria é possível perceber que a relação das mulheres negras com os movimentos de resistência por direito à cidade e moradia vem de uma construção social, fortemente marcada pelo racismo estrutural e pela sociedade patriarcal que historicamente as vulnerabilizam e relegaram a elas as posições e lugares mais segregados da sociedade.

O protagonismo das mesmas nesses movimentos de resistência são o caminho para que elas retomem o seu lugar de direito na cidade, que ocupem os espaços públicos e que garantam a sua moradia digna que ainda lhes é negada. Entretanto, para que esse movimento ganhe ainda mais força e tenha resultados significativos é necessário ouvir as queixas e experiências dessas mulheres e proporcionar o espaço de fala das mesmas nas esferas de decisão que compõem o planejamento urbano. A partir disso é possível começar a pensar uma cidade menos opressora e menos desigual, que garanta às mulheres negras a reparação histórica dos seus direitos.

Referências bibliográficas

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVALHO, I. M. M.; PEREIRA, Gilberto Corso. **A Cidade como Negócio**. EURE (Santiago. Impresa), v. 39, p. 5-26, 2013.

CORREA, R. L. A.. Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: um texto para discussão. In: Ana Fani Carlos; Marcelo Lopes de Souza; Maria Encarnação Beltrão Sposito. (Org.). **A Produção do Espaço Urbano: Agentes, Processos, Escalas e Desafios**. 1ed.: 2011, v. 1, p. 41-51

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (FAUUSP). **Seminário Nacional: Moradia Popular e Políticas Públicas: SP/RJ/BA Sessão: 01**. Youtube, 13 de maio de 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=M2zk0xjpAAs&ab_channel=FAUUSP. Acessado em 21/06/2022.

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (FAUUSP). **Seminário Nacional: Moradia Popular e Políticas Públicas: SP/RJ/BA - Sessão 03 (Tarde)**. Youtube, 13 de maio de 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3FEOYLY0rMM&ab_channel=FAUUSP. Acessado em 21/06/2022.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 294 p. Tradução de Jeferson Camargo.

KERN, Leslie. **Cidades feministas: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021. 255 p. Tradução de Thereza Roque da Motta.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Itapevi, Sp: Nebli, 2016. Tradução de: Cristina C. Oliveira.

MACEDO FILHO, Renato. **Onde mora a cidadania?** visibilizando a participação das mulheres no movimento sem teto - Salvador/ba. 2010. 238 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre A Mulher, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Cap. 3. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/6379>. Acesso em: 07 jun. 2022.

MARICATO, Ermínia Terezinha. **A terra é um nó na sociedade brasileira... também nas cidades**. Revista Cultura, v. 93 n. 6, 1999, p. 7-22. Disponível em: http://www.labhab.fau.usp.br/wp-content/uploads/2018/01/maricato_terrano sociedadebrasil eira.pdf Acesso em 15 de mar de 2022.

OLIVEIRA, Anita Loureiro de. Mulheres e ação política: lutas feministas pelo direito à cidade. **Revista Percursos**, [S.L.], v. 19, n. 40, p. 111-140, 31 out. 2018. Universidade do Estado de Santa Catarina. <http://dx.doi.org/10.5965/1984724619402018111>. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724619402018111/pdf> . Acesso em: 28 ago. 2021.

PAULISTA, Amanda. As mulheres nos movimentos sociais de moradia:: a cidade sob uma

perspectiva de gênero. **Revista Humanidades em Diálogo**, São Paulo, v. 5, p. 93-108, dez. 2013. Disponível em: https://humanidadesemdialogo.files.wordpress.com/2013/11/revhum_out13_05e06_baixa1.pdf. Acesso em: 08 jun. 2022.

PERRY, Keisha-Khan Y.; CAMINHA, Ana Cristina da Silva. “Daqui não saio, daqui ninguém me tira”: poder e política das mulheres negras da gamboa de baixo, salvador. **Gênero**, Niterói, v. 9, n. 1, p. 127-153, 2008. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30956/18045>. Acesso em: 08 jun. 2022.

SILVA, Júlia Garcia de Souza da. A mulher na cidade: uma proposta metodológica para a análise do espaço urbano sob a perspectiva do movimento de mulheres na cidade de salvador. **Revista Encantar: Educação, cultura e sociedade**, Bom Jesus da Lapa, v. 1, n. 1, p. 44-60, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/encantar/article/view/8083>. Acesso em: 07 jun. 2022.